



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XIII — N.º 141 — S. PAULO JUNHO DE 1969 — REDAÇÃO: RUA LÍBERO BADARÓ, 488 — 5.º ANDAR — SALA 50 — CAIXA POSTAL, 6248



Uma criança guineense queimada pelo napalm

## A PAZ DE CAETANO

QUEIMAR AS ALDEIAS, SUBMETER A POPULAÇÃO A BOMBARDEAMENTOS EM MASSA E DELIBERADAMENTE MORTÍFEROS, ATIRAR SOBRE O GADO, DESTRUIR A VEGETAÇÃO COM DESFOLHANTES, ARRUIVAR AS CULTURAS COM TÓXICOS, METRALHAR AO ACASO E EM TODOS OS LUGARES, MATAR, VIOLAR, PILHAR: ISTO É O GENOCÍDIO NO SENTIDO MAIS RIGOROSO; OU DITO DE OUTRA MANEIRA: É O EXTERMINIO EM MASSA. — (Do discurso de Jean Paul Sartre perante o Tribunal Internacional contra os Crimes de Guerra, reunido em Roskilde, Dinamarca).

## NESTA EDIÇÃO:

- \* LUTAS POPULARES - pg. 2
- \* A GUERRA NA GUINÉ — pg. 6
- \* COMEÇA A FRAUDE ELEITORAL — pg. 16
- \* O DESAFIO ESTUDANTIL — pg. 8
- \* EVASÃO DE PALMA INÁCIO — pg. 8
- \* AGRAVA-SE A SITUAÇÃO ECONÓMICA — pg. 7
- \* APELO A FAVOR DE E. CRUZEIRO — pg. 6
- \* LIBERDADE SINDICAL — pg. 3

## LUTA EM TODAS AS FRENTES

A efervescência política no nosso país em consequência sobretudo dos movimentos estudantis e das reivindicações dos trabalhadores, está a atingir um ponto em que se aproxima do auge dos grandes dias. A ação da Academia de Coimbra, que desencadeou um movimento à altura das suas tradições de luta liberal dos últimos anos da Monarquia, vieram acrescentar-se outros combates: em primeiro lugar, a reação dos estudantes de Lisboa e do Porto, que simultaneamente com os seus colegas de Coimbra, chegam à violência, obrigando o demagogo Marcelo Caetano a abandonar a fachada liberalizante que vinha tentando manter e a entrar decididamente pelo caminho da repressão, fechando Universidades, prendendo estudantes, dissolvendo ferozmente manifestações de rua, violando enfim as leis, já em si excepcionais, que ele próprio ajudara a elaborar; ao lado da ação estudantil, seguimos com admiração, no mês passado, a nunca desmentida coragem dos trabalhadores do nosso país que prosseguem, agora com redobrado vigor, as suas lutas reivindicativas, em todos os pontos de Portugal, nas fábricas como nos serviços públicos, no setor da pesca como no setor agrícola.

Mas a esta situação, já de si crítica, que obriga o fascismo a emitir sucessivos comunicados, anunciando medidas intimidatórias e repressivas, que nada resolvem, ou paliativos que a ninguém mais enganam, junta-se agora um novo elemento que contribui decisivamente para tornar ainda mais difícil a posição do governo de Marcelo Caetano. Queremos referir-nos à aproximação do ato eleitoral.

As eleições a realizar no Outono em Portugal, já aqui o dissemos várias vezes, constituem uma tentativa de repetir aquilo que, no passado, o fascismo conseguiu com êxito: a encenação, para o estrangeiro ver, numa cara manobra que é paga como sempre pelo povo português, de um processo fraudado em tôdas as etapas — na primeira, do recenseamento — na segunda, do ato eleitoral propriamente dito, na terceira, do apuramento. A farsa, aparentemente já não iludia ninguém, mas Caetano, que aprendeu bem as lições de Salazar, teimava em acreditar nas suas virtudes.

Desta vez, porém, devido à agitação que estremece o nosso país, as "eleições" constituem um elemento perturbador que, acrescentado às valentes lutas de estudantes e trabalhadores, poderá ser uma machadada importante para a derrubada do regime. Já surge por tôda a parte, sobretudo no Norte, as reclamações altivas contra a fraude do processo, na fase preliminar que está atravessando, as quais correm o país ao lado dos manifestos dos estudantes e das reivindicações trabalhistas. Já, também, em vários distritos, o fascismo é forçado a intervir para impedir a constituição de grupos de trabalho que formariam um esboço de organização para defesa de uma certa decência eleitoral. Noutros distritos, porém, esta intervenção não foi possível, e os grupos já estão organizados.

Assim, a agitação estudantil, com Universidades fechadas, Associações forçadamente apolíticas (como a Associação Acadêmica de Coimbra) de portas cerradas, e dezenas de estudantes presos; o clima de aberta reivindicação operária que no nosso país vai com frequência até à greve; a decidida vontade que mostram alguns círculos democráticos de aproveitar a farsa eleitoral para se organizarem — tudo isto são elementos que compõem uma fase das mais críticas que o fascismo já atravessou. A guerra colonial está aí, por outro lado, planando sobre esta atmosfera negra. O povo português merece que, neste momento crucial da sua luta, todos juntem os esforços para, aproveitando a valentia dos estudantes e trabalhadores, o clima eleitoral e a guerra de África — se criar a atmosfera que permitirá cavar o túmulo do fascismo no nosso país.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

## Em Coimbra estudantes boicotam exames

A Universidade de Coimbra não recuou nem com as medidas repressivas tomadas contra elementos seus, nem com as ameaças do ministro fascista Hermano Saraiva. Perante a negativa formal do governo de anular a expulsão dos 8 estudantes acusados de ofensas ao "presidente" fantoche Américo Tomás, a juventude coimbrã reagiu à altura das suas melhores tradições de luta. Caetano esperava que o encerramento da Universidade intimidaria os alunos e poria termo aquilo que o regime encarava como uma "crise" igual a outras. Mas aconteceu o contrário. Os estudantes convocaram uma assembleia magna a que compareceu 5.500 dos 8.000 universitários de Coimbra. E responderam ao desafio do Governo fascista com outro desafio. O plenário, por esmagadora maioria, resolveu boicotar todos os exames de Junho. Os estudantes de Coimbra, numa admirável demonstração de combatividade, deram ao mistificador Caetano a resposta que ele merecia. Preferem perder um ano de suas vidas a submeter-se à vontade do fascismo!

## O II Congresso Republicano: Grande Jornada Unitária

Num ambiente de intensa vibração democrática realizou-se em Aveiro nos dias 15, 16 e 17 de maio o II Congresso Republicano Português. Dezenas de teses, dos maiores nomes da democracia nacional, foram apresentadas às sessões, que se desenrolaram sempre no meio do maior interesse e entusiasmo. O acontecimento, como afirmou o dr. Orlando Carvalho numa das sessões a que presidiu, foi "um ato de coragem, de inteligência e de oportunidade, pois mais do que nunca a reunião dos democratas é indispensável para que saibamos o que queremos e o que podemos fazer".

A cidade de Aveiro, tradicional centro liberal, foi literalmente ocupada durante três dias pelos congressistas, vindos de todas as províncias do país. Também os meios de informação estrangeiros se interessaram pelo congresso. Além das radiotelevisões italiana e alemã, muitos jornais e tôdas as grandes agências noticiosas internacionais enviaram a Aveiro mais de quinze correspondentes nomeadamente das revistas Time e Life, do Times,

de Londres, do New York Times, e o diretor de L'Europe.

Todos os trabalhos se realizaram numa atmosfera de maior ordem e do maior civismo. Os democratas que não puderam comparecer pessoalmente enviaram mensagens de saudação e aplauso. Aconteceu assim com o dr. Ramos da Costa, que se acha em Paris, com 160 mulheres de Lisboa, com 24 republicanos de Loures, com 50 mulheres do Porto, com os operários e empregados da Fabrica Portugal, de Lisboa, com democratas de Coimbra, de Santarém, de Abrantes, de Faro, de Gondomar, de Miranda do Corvo, de Evora, de Chaves, de Mação, de Pedras Salgadas, de todo o país, enfim. Estavam também representados certos setores da oposição espanhola, pelo dr. Alvaro Gil Robles e pelos socialistas Lico de la Peña e González Alez.

O dr. Francisco de Sousa Tavares, conhecido democrata de formação monárquica enviou ao Congresso uma mensagem na qual declarava nomeadamente: "A Monarquia deixou de ser entre nós uma instituição nacional e útil para

se tornar uma reivindicação classista ou um saudosismo alheio à política. Para quem luta como eu pela liberdade política e pela abolição de todo o privilégio, a forma republicana do Estado Português é um legado intelectual e de facto, que não pode mais ser discutido".

As teses e comunicações apresentadas, provindas de diversos setores e colorações da democracia portuguesa, mostraram à evidência, pela vibração e dignidade das discussões, a grande maturidade do pensamento político nacional.

Destacamos entre elas as que foram enviadas pela eng. Virginia Moura, sobre "As casas dos trabalhadores nos centros urbanos" e pela dra. Elina Guimarães, sobre "A Promoção da Mulher e o ideal republicano".

A revista "Vértice" apresentou um trabalho sobre "Alguns problemas concretos da cultura portuguesa". O economista dr. Gilberto Lindim Ramos, no seu trabalho sobre "A econo-

(Continua na pag. 4)



## LUTAS POPULARES

## O 1.º de Maio em Portugal

Lisboa (Do correspondente).

As comemorações do Dia do Trabalho foram este ano assinaladas em Portugal por violentos choques entre a polícia e milhares de manifestantes, nas principais cidades do país. Em Lisboa, o Ministério do Interior, pretendendo intimidar os manifestantes, publicou uma informação, a que a Imprensa fascista complacientemente deu publicidade com manchetes a toda a largura da primeira página, anunciando severas punições para os que ousassem manifestar-se. As forças repressivas começaram imediatamente com manobras de intimidação: por toda a cidade de Lisboa começaram a aparecer os jeeps da GNR (aos 20 e mais em cada grupo), todos cheios e com antenas para para fora, para pouco depois serem tanques em manobras; motocicletas da G.N.R. e da P. S. P. aos grupos de 40 e mais desfilando pelas ruas da cidade, desconhecendo-se para onde se dirigem. Por outro lado pelotões do exército são também vistos passar, principalmente nas áreas de aquartelamentos a passo militar ou correndo, gritando as cadências impostas pelos que os comandam. Todo este aparato devia ter em vista impressionar os trabalhadores para não se manifestarem. Já sem falar nas manobras navais que encheram o Tejo com 21 navios de guerra americanos e espanhóis, com porta-aviões e porta-helicópteros etc. Assim mesmo, cerca de mil pessoas, na sua maioria operários e estudantes universitários, reuniram-se no Rossio e desafiaram a repressão. Centenas de manifestantes foram espancados e houve dezenas de prisões. O estacionamento de veículos foi proibido em todas as praças lisboetas e a polícia instalou, nos chamados pontos estratégicos da capital, canhões de água especialmente destinados a dispersar quaisquer aglomerações.

A Comissão Estudantil para o Primeiro de Maio distribuiu largamente manifestos por toda a cidade, levantando-se contra "a demagogia liberalizante de Marcelo Caetano, que continua a política terrorista e colonialista de Salazar."

Recuando perante a pressão popular, o demagogo Hermano Saraiva, Ministro da Educação, mandou fechar neste dia a Universidade de Lisboa. A Universidade de Coimbra já se achava encerrada desde o dia 23 de abril, em consequência das violentas manifestações que se seguiram à visita de Américo Tomás àquele estabelecimento de ensino.

Na véspera do 1.º de maio verificou-se um atentado à bomba contra o consulado americano no Porto. A explosão destruiu todo o 3.º andar do edifício da Rua Júlio Dinis onde está instalada a representação dos Estados Unidos no nosso país. Também foi dinamitada, com fortes cargas de plástico, a linha de alta tensão de Porto Alto, no concelho de Benavente.

## NA MARGEM SUL

No Barreiro as ruas da vila foram tomadas pela guarda com metralhadoras, jeeps, patrulhas de 3 e 4 praças, numa verdadeira ocupação militar. Na madrugada do dia 1.º de maio a PIDE prendeu várias pessoas para intimidar. Daniel Cabrita, empregado do Banco Totta e presidente do Sindicato dos Bancários foi um dos presos. A Direção do Sindicato reuniu logo após a prisão e mandou diversos telegramas de protesto ao Governo, assinados não só pelos colegas do Banco como pela população em geral. Perante esta reação, Cabrita foi solto, 24 horas depois de preso. Foram detidos também nessa madrugada o comerciante Rodrigues e o operário Anibal, da C. P. do Barreiro. Em Almada e Cova de Piedade a PIDE prendeu mais cinco pessoas, também com o objetivo de intimidar a população, para que esta se não manifestasse. Apesar de dois dos presos serem do Olho de Boi a intimidação policial não surtiu efeito, pois nesta vila ninguém trabalhou no 1.º de maio como é tradição.

Também os camponeses de Montemor suspenderam o trabalho na quase totalidade.

## MANIFESTAÇÕES DE VARIAS CLASSES DE TRABALHADORES

Por outro lado, verificaram-se manifestações em varias cidades, de diversas organizações de trabalhadores, nomeadamente dos Mineiros, que reivindicavam maior segurança no trabalho, revisão dos contratos coletivos; dos trabalhadores dos telefones de Lisboa e do Porto, que fizeram concentrações, apoiando os dirigentes dos seus Sindicatos, em luta por melhores salários e subsídios; dos Trabalhadores Metalúrgicos do Porto que exigem que a direção eleita pela classe — numa eleição que os fascistas tentaram fraudar — fique à frente do Sindicato, seguindo assim o exemplo dos metalúrgicos do sul; dos Trabalhadores dos Serviços Municipalizados do Norte, que reivindicam sobretudo melhores salários e pagamento do 7.º dia e dos Pescadores da Pesca da Sardinha que, ao aproximar-se a nova safra, recordam as vitórias que conseguiram no ano passado e pretendem este ano reconquistar a caldeira de peixe que lhe foi roubada, exigindo também melhores condições para irem para o mar.

Na cidade do Porto realizou-se uma grande manifestação de trabalhadores, na rua dos Clérigos, que foi violentamente dissolvida pela Polícia.

Na SACOR, na Fabrica de Tecidos de Torres Novas, nas empresas americanas Ford e General Motors, na CEL-CAT, nas Sociedades Reunidas Réis (de Sacavém), na Fábrica de Loijas de Sacavém, nos Lanifícios Viuva de Manuel Diniz, na Fabrica de Borracha BIS, na Tabaqueira, em Albarraque, os operários pararam o trabalho e conseguiram aumentos de salários. Na Sapec, de Sta. Iria, na Ecril, na Covina, na Fabrica de Malhas Barrois e nos La-

boratorios Wander, houve pequenas paralizações, como reclamação pelo aumento de salários. Em todas estas manifestações os trabalhadores portugueses se lançam numa vigorosa ofensiva contra a política de congelamento de salários que não permite acompanhar a extraordinária alta do custo de vida que ultimamente se tem verificado em Portugal.

## CONCENTRAÇÃO DE 1.000 OPERARIOS DA C.P.

No dia 30 de abril, mil operários da C.P. do Barreiro concentraram-se no Sindicato, a fim de fazerem pressão sobre os seus representantes que estão negociando o novo Contrato de Trabalho. Como não aparecesse ninguém da Direção do Sindicato, foram formados grupos de trabalho, que discutiram os problemas de interesse para a classe. Entretanto, a concentração provocou enorme engarrafamento na rua. A polícia chegou e tentou obrigar os trabalhadores a dispersarem-se, apontando-lhes espingardas e metralhadoras prontas a disparar. Apesar disso, ninguém arredou pé e a reunião prosseguiu até que chegasse ao fim a discussão problemas tratados.

Na Companhia União Fabril, onde a família Mello está mais agressiva do que nunca, foram despedidos dois operários que andavam recolhendo assinaturas para uma exposição à Direção, na qual se exigem 20 escudos de aumento, pagamento do 30.º dia e subsidio de ferias de 100% de salário. No Nicola, a seção de tecelagem parou uma hora em meados de abril para exigir aumento de vencimento. A luta saiu vitoriosa.

## MOVIMENTO DOS PESCADORES DOS BACALHOEIROS

Cerca de 3.000 pescadores dos bacalhoeiros de pesca à linha dizem não à matrícula que os armadores lhes querem impor. Durante a Campanha passada os pescadores falaram na necessidade de lutarem por nova matrícula que lhes garantisse melhores condições. Sabiam que para essa luta se tornar vitoriosa era necessária a unidade de toda a classe, bastante difícil de conseguir, tão dispersa ela se encontra, desde o Algarve até Viana do Castelo. Entretanto, apesar de todas as dificuldades, conseguiram contactar uns com os outros, e quando este ano foram chamadas as primeiras campanhas, em todos os pontos do país os pescadores recusaram ir para o mar, a não ser

que lhes fosse dado o aumento de 20% sobre os 7.200 escudos que no ano anterior haviam recebido. Segundo consta entre a classe, os armadores já estão dispostos a conceder 10%

o que os pescadores recusaram. Também os motoristas das traineiras e acostados da costa do Algarve reclamam aumento de salário e revisão do contrato de trabalho.

## A MUITO CUSTO...

FRANCISCO VIDAL

O novo "dono" de Portugal, o inefável sr. Caetano, realizou recentemente extensa viagem a algumas das colônias africanas, nomeadamente Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, precisamente aquelas onde mais acesa é a luta pela independência e onde a mocidade da nossa terra se exaure em guerra de antemão perdida, apenas na defesa dos inconfessáveis interesses das oligarquias internacionais, a que se allaram, está bem de ver, aqueles que em Portugal nesses decênios de Estado Novo se habituaram a viver à "trípa fôrra" sem nada fazer para justificar os pingues lucros com que engrossam as suas já enormes contas bancárias.

A viagem do sr. Caetano, a julgar pelas crônicas dos escribas oficiais que o acompanharam nessa "peregrinação", decorreu sob a égide do "a muito custo", como poderá verificar-se através a leitura da prosa que os tais escribas alinham nas páginas das fôlhas que circulam em Portugal e que apenas por comodismo se insiste em chamar de jornais.

Como primeira etapa daquilo a que alguns "domesticados" jornalistas (?) chamam entusiasticamente de "grande acontecimento histórico para o presente e o futuro da Nação Portuguesa", o sr. Caetano esteve na Guiné-Bissau, onde, como todos sabem, apenas uma pequenissima parcela do território está ainda nas mãos dos portugueses pois os nacionalistas comandados por Amílcar Cabral já conseguiram libertar a maior parte da sua Pátria.

Contam-nos os tais escribas que o soi-disant presidente do Conselho ao desembarcar em Bissau do avião da TAP só "a muito custo" conseguiu sair do aeroporto para se dirigir a uma reunião, durante a qual alguns dos fâmulos da ditadura que vivem nas colônias o saudaram com discursos do mais puro acacianismo.

Logo depois, já a caminho de outra reunião, esta metendo "comes e bebes", o homem novamente só "a muito custo" passou com o seu carro por entre a "multidão" que gritava não se sabe bem porquê, imaginando-se que isso se devia ao fato dele ser dos poucos que daí a horas largava daquele inferno, enquanto que todos os outros por lá ficavam "dando o corpo ao manifesto"...

Já em Angola onde, como também é do conhecimento geral, uma boa parte do território está já nas mãos dos nacionalistas, o sr. Caetano, que não pôs o pé fora de Luanda e Nova-Lisboa, "por causa das dúvidas", também somente "a muito custo" conseguiu cumprir o programa elaborado, que incluía, é evidente, as habituais comezainas e discursos da mais pura e clássica imbecilidade.

Um escriba, este muito conhecido pela sua "brilhante inteligência" posta inteiramente ao serviço do regime, e que não passaria em qualquer teste que exigisse um IQ de teor mais elevado que o de uma criança de dez anos, chegou a dizer que o novo ditador visitou a colônia em companhia do abominável Salazar, que estaria com ele em espírito (sic) — só se fôsse em espírito de porco, dizemos nós — tese aliás esposada pelo próprio Caetano, que, com os resquícios de servilismo que ainda mantém do tempo em que curvou a cerviz às ordens do seu antecessor, se lembrou desta tirada...

E depois foi Moçambique, cuja libertação parece cada vez mais próxima apesar do uso pelo nazi-fascismo português dos mais abjetos meios para a obstar, como o que se refere ao assassinio de Eduardo Mondlane.

Ai novamente funcionou o "a muito custo" pois só desta forma o visitante saiu do aeroporto, tomou a condução, assistiu aos tais almoços e jantares e, sobretudo, ouviu os ditirambos dos vários oradores que teceram loas à sua capacidade como antes o faziam com relação ao "falecido" Salazar, a quem aliás nunca conseguiram convencer a visitá-los pois ele prezava muito a sua integridade física e não iria expô-la a um acidente aéreo, tanto mais que no fundo do seu ser nunca acreditou que aqueles monstros que voavam fôsem obra do engenho do Homem, antes crendo que mais se tratava de milagre da Senhora de Fátima ou, quem sabe, da bruxa da Arruda.

Verifica-se portanto que a viagem do sr. Caetano decorreu realmente sob o signo do "a muito custo". Não sabemos, é claro, se só "a muito custo" ele se deixou convencer à mesma, lembrando-se que o seu predecessor no emprêgo, com a sua conhecida esperteza salaia, nunca tinha saído da santa terrinha. Também nada sabemos sobre a partida de Lisboa, ignorando por consequência se também então só "a muito custo" ele entrou no avião; é bem possível que a União Nacional, num trabalho conjunto com os outros pilares do regime, como a PIDE por exemplo, tivesse organizado daquelas "manifestações espontâneas" de todos nós conhecidas e há muito habituais em Portugal.

Também não sabemos se só "a muito custo" o sr. Caetano vai regressar à nossa terra mas acreditamos que apenas "a muito custo" conseguirá manter nas mãos o poder que tanto lhe custou a conquistar.

## RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouçá a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS



# Nolas e comentários

## Liberdade Sindical

Em Setembro do ano passado o Ministério das Corporações anunciou que em breve seria enviado à Câmara Corporativa um projeto de lei sobre a organização sindical o qual viria pôr termo à homologação das eleições nos Sindicatos Nacionais. Isto quer dizer que, segundo o Ministério, acabaria de vez a ridícula disposição que manietava inteiramente os Sindicatos, pois o governo pode, a seu bel prazer, homologar ou não as eleições neles realizadas, não o fazendo, naturalmente, quando os eleitos não mereçam a sua inteira confiança e não preencham in totum a condição de meros servos das autoridades.

Para aqueles que nos leem e que não sabem o que são Sindicatos e o que eles representam no nosso País explica-se que as listas para as eleições deveriam ser sempre sujeitas ao beneplácito officioso, sem o que não poderiam concorrer. Apesar dessa precaução introduziu-se na lei uma disposição que mandava que o resultado das eleições fosse sempre homologado pelos poderes públicos, sem o que não teria valôr. Quer dizer: por um lado os Sindicatos não podiam livremente dispôr quanto às listas serem apresentadas, pois a sua apresentação dependia de autorização, mas, mesmo que essa autorização tivesse sido dada ainda assim o Governo se reservava o direito de não homologar qualquer das eleições realizadas, apesar das listas terem sido aprovadas.

Todos nós sabemos que os Sindicatos não representam quase nada em Portugal onde não é obrigatória a sindicalização, embora o seja a contribuição dos trabalhadores para os mesmos. Em face do que dispõe a lei da ditadura, a esmagadora maioria dos trabalhadores não esteve nunca interessada nos Sindicatos, sabendo que estes nada mais representam que instrumentos do governo, sem qualquer liberdade de escôlha de seus dirigentes, que teriam, todos sem exceção, que ser pessoas de confiança do Estado Novo. Assim sendo os Sindicatos dispõem de apenas uma pequena massa de inscritos, que em absoluto não representa a maioria dos trabalhadores, que não se deixa enganar com tanta facilidade.

Pelo novo projeto de lei alteram-se alguns dos artigos da legislação anterior, sem que no entanto essa alteração constitua alguma coisa de fundamental no quadro da representação sindical.

Como pontos principais assinala-se que a antiga proibição dos Sindicatos se filiarem a entidades internacionais está prevista para desaparecer. Caso o projeto seja aprovado no futuro os Sindicatos poderão, como em todo o mundo, filiar-se internacionalmente, assistir a congressos, etc. mas... e aqui é que bate o ponto, desde que o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência o considere oportuno... Como se

vê, trata-se, mais uma vez, do "gato escondido com o rabo de fora". A homologação das eleições desaparece com a nova e projetada lei, mas permanece a necessidade dos candidatos a cargos eletivos serem aprovados previamente pelo governo, agora em caráter oficial, e não podendo sê-lo se estiverem nas condições estatuidas pela lei que proíbe essa candidatura aos que se enquadrem em várias situações, uma das quais, como não poderia deixar de ser, se refere aos "que professam ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente e à disciplina social". Por outras palavras: continuarão a não poder candidatar-se à diretoria dos Sindicatos todos quantos não sejam meros servos do Estado Novo e adotem ideias democráticas tão do desagrado dos donos do poder.

## Portugal: O último da escala

Segundo o Finanz und Wirtschaft, a situação de Portugal no que refere ao que o povo pode gastar em bens de consumo continua sendo a mais crítica da Europa, indicando que o nosso país tem uma posição nitidamente desfavorável em relação às restantes nações do velho continente.

Citando estatísticas de 1967 o influente órgão da imprensa internacional dá-nos as seguintes cifras, conflagradas é certo, mas que refletem a posição do País depois de mais de 40 anos de poder absoluto que em nada conseguiu, antes pelo contrário, no plano de colocar Portugal pelo menos distanciado do resto da Europa:

Suécia, 64; Suíça, 60; Dinamarca, 47; Alemanha, 44,5; França, 44; Bélgica, 42; Holanda, 40; Inglaterra, 38; Finlândia, 33; Austrália, 30; Itália, 27; Irlanda, 20; Grécia, 17; Espanha, 15; e Portugal, 11,1.

Os números referem-se a milhares de escudos e ao que pode cada habitante gastar anualmente. Chama-se a atenção para o fato de dois dos países tradicionalmente considerados como os mais pobres, como a Irlanda e a Grécia, ainda assim se colocarem à frente de Portugal, o que nem sequer merece comentários. Vemos por outro lado que a Espanha, apesar da tão decantada atração turística que deixa por ano centenas de milhões de dólares no país vizinho aparece-nos em penúltimo lugar na lista e, apesar disso, ainda antes de Portugal.

Valerá a pena escrever mais alguma coisa a respeito? Quando o Estado Novo apregoa urbi et orbe as suas realizações, procurando convencer os incautos ou aqueles que apesar de não incautos gostam de ouvir tais lóas, que o Portugal de hoje não é mais o Portugal de ontem, que tudo está diferente, uma simples estatística lança de golpe um balde de água fria em tais afirmações. Realmente no nosso País tudo está diferente, bem diferente mesmo, pois tudo es-

tá bem pior do que antes, antes do trabalho de desagregação de um povo a favor de interesses inconfessáveis de homens que outro horizonte não têm na vida que cuidar de suas posições pessoais, dos seus lucros e dos lucros daqueles a quem servem normalmente de "testa de ferro".

## O Luso Brasilismo

Em recente crônica num jornal lisboeta (Diário de Lisboa de 22-4-69), e sob o título "Atualidade e permanência do luso-brasilismo", escreve a sra. Maria de Lourdes Belchior, ao longo de três colunas de compacta prosa, muitos lugares comuns sobre o que até o presente momento chamávamos de luso-brasilismo e que a autora, não sabemos porque bulas, pretende se cognomine agora de luso-brasilismo.

Começa a autora por nos explicar, escudando-se aliás no dicionário, o que na realidade revela pelo menos uma atitude de pura prudência, o que deve entender-se por comunidade: uma agremiação de indivíduos que têm a mesma crença ou a mesma norma de vida, dizendo-nos ainda que o que é comum na comunidade luso-brasileira é a língua e a tradição.

Não nos permite o espaço de que dispomos ir muito longe na análise do artigo em questão, que no entanto para tal "daria pano para mangas", mas não podemos deixar de alinhar algumas considerações que entendemos oportunas acerca das assertivas, ou de algumas das assertivas da autora do trabalho.

Em primeiro lugar parece-nos a autora está agora negando o carácter de comunidade ao que tem sido o leit-motiv na condução da política colonial da ditadura lusitana, pois os homens que mandam no Terreiro do Paço há mais de quatro décadas sempre têm afirmado que, ao invés de se tratar de colônias, estas, além de serem as famigeradas "províncias ultramarinas", pertencem à "comunidade nacional". Todos nós sabemos que nas colônias portuguesas, para não falar na Índia, já perdida e onde o problema se colocava com igual se não maior acuidade, poucos são os que falam portugueses; exceptuando os "assimilados" a restante população da Guiné, de Moçambique ou de Angola pouco fala a nossa língua, havendo extensas regiões

onde os idiomas locais são os únicos usados nas relações diárias, não conhecendo os naturais desses territórios sequer, por imperfeitamente que seja, a língua dos seus colonizados.

Por outro lado, no que se refere à crença, a única que poderá unir os portugueses de Portugal — não os que em África exploram as populações —, é o desejo de uns e outros em se verem livres de um regime por demais prolongado e violento que há tantos anos os oprime; os de Portugal para que o País se liberte finalmente da vergonha que representa num mundo como o de hoje a sujeira do Estado Novo, e os das colônias por saberem que o fim da ditadura será para eles igualmente o nascer de uma nova era, livres que serão de seus dominadores e quando poderão enfileirar ao lado das nações livres do mundo inteiro.

Assim sendo, e não existindo, por outro lado, a mesma norma de vida, pois há dois mundos em guerra, o dos opressores que querem manter a todo o custo o statu quo para agrado das velhas e sebatas oligarquias nacionais e internacionais e o dos oprimidos que apenas pretendem livrar-se dessa contínua e longa opressão, não há como não negar o carácter de comunidade ao que o agora agonizante ditador chamou anos atrás de "Império Português".

Logo a autora do artigo estará contrapondo-se, embora acreditamos que sem intenção de tal, antes pelo contrário, às normas oficiais que regem tudo o que se escreve — iamos dizer também o que se pensa — no nosso pobre País.

No que diz respeito ao Brasil, que a autora ataca em alguns dos períodos do artigo, como por exemplo quando critica a Rádio Ministério da Educação por esta ter uma vez afirmado que "o Brasil é um país sem passado", quero crer que igualmente não é inteiramente verdade que este país constitua uma comunidade com Portugal, pelo menos dentro de certas normas e muito menos das normas que são ditadas pelo tal dicionário, tão cuidadosamente citado no início do artigo.

De nenhuma forma podemos considerar que o Brasil e Portugal têm a mesma crença ou a mesma norma de vida. Todos quantos têm vivido nos dois países podem facilmente constatar que são grandes as diferenças entre a maneira de viver em Portugal e aquela que pauta a forma de vida no Brasil. Enquanto em Portugal se vive em função do pas-

sado, ensinando às crianças que fomos grandes descobridores de terras e que marcamos lugar de destaque no concerto das nações de antanho, sem os informar que presentemente estamos no último lugar da fila europeia no que diz respeito à educação, à saúde, à renda per capita, ao analfabetismo, etc., no Brasil nada ou pouco se fala do passado, pensando-se e agindo-se, isso sim, em função do grandioso futuro a que esta terra está destinada.

E quanto à crença então temos conversado. Não sabemos, pois no artigo nada nos diz a respeito, se a crença a que ele se refere é a crença religiosa ou outra. Abordemos portanto a crença religiosa. Se é verdade que a religião predominante no Brasil é a católica, romana, não é menos verdade que neste país tôdas as outras são admitidas e que muitas delas têm crescido à custa do enfraquecimento da que já foi a principal e que em Portugal é na prática a única admitida, tolerada algumas das outras, banidas várias delas.

Quererá isto dizer que negamos o carácter de comunidade ao conjunto dos dois países? De forma nenhuma. O que negamos e continuamos a negar é que essa forma de comunidade possa ser olhada da forma como se escreve no Diário de Lisboa. Que há comunidade sem dúvida nenhuma que há, mas comunidade espontânea, que nada tem a ver com maneira de vida ou crença mas apenas com a integração fácil e sempre desejada dos portugueses na sociedade brasileira ou dos brasileiros na sociedade portuguesa, isto sem cuidar de governos mas apenas e simplesmente de povos.

## Livros

Os nossos leitores poderão adquirir as seguintes obras por nosso intermédio:

- Resistencia em Portugal — Dias Coelho US\$ 1,50
- Portugal e o Fim do Ultracolonialismo US\$ 1,50
- Angola Cinco Séculos de Exploração US\$ 1,50
- A Questão Agrária em Portugal A. Cunhal US\$ 5,00
- Fátima — Tomaz da Fonseca US\$ 1,00

Para tal, basta juntar ao pedido um cheque ou ordem bancária a favor de "Portugal Democrático" e no valor das obras pretendidas.



agência TRIÂNGULO de seguros s.a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO



# O CONGRESSO REPUBLICANO DE AVEIRO

(Continuação da 1.ª pág.)

mia portuguesa: sua evolução e perspectiva" chegou às seguintes conclusões: "A orientação económica das entidades oficiais caracteriza-se pela tendência de conservar as estruturas económico-sociais existentes, baseadas na exploração agrícola tradicional e evitar as grandes concentrações industriais. Procurava evitar o aparecimento de uma numerosa classe operária e a instabilidade de consequente. Essas coordenadas foram modificadas pela pressão internacional e pela irreversibilidade do processo económico, processando - se uma modificação da política económica sem nova orientação declarada." Depois de se referir aos desastrosos efeitos da guerra da África sobre a nossa economia e à "exploração do baixo nível dos salários por determinadas indústrias montadas no nosso país, quase todas estrangeiras ou associadas, com a desvantagem adicionada de os lucros saírem do país", o dr. Gilberto Ramos terminou insistindo na necessidade de se realizarem modificações estruturais "de maneira a que as classes trabalhadoras beneficiem de forma mais justa do progresso do país".

Na sua comunicação sobre "A constituição de 1933 e a evolução democrática do país", o dr. Mário Soares, depois de se referir às determinantes ideológicas e políticas daquele diploma, lembrou que ele foi sujeito a várias revisões que se inspiraram sempre em razões de mera oportunidade e que acentuaram as suas características doutrinarmente pouco coerentes".

O dr. Urbano Tavares Rodrigues na sua tese "Um conceito de liberdade" falou sobre o momento actual da vida portuguesa "pleno de contradições, que se esquia a análises ou vaticínios, pois ora surge no plano económico sintomas de um ainda tímido avanço no sentido do desenvolvimento, ora se afirmam intactas e rígidas no campo político as estruturas totalitárias do regime".

O dr. Denis Jacinto no trabalho "O teatro instrumento de educação e cultura" pugnou pela criação de centros de cultura viva.

O dr. Vitorino de Magalhães Godinho apresentou ao Congresso um longo e bem elaborado ensaio sobre "Socialismo: caminho para o desenvolvimento da península", onde analisou a evolução socialista dos povos peninsulares até ao presente.

O dr. Armando de Castro dissertou sobre "A problemática económico-social contemporânea do povo português", trabalho modestamente apresentado como uma contribuição ao estudo do problema, mas que, como forma de interpretação sociológica, apresenta perspectivas fecundas para a sua solução.

"Justiça e Polícia" intitulava-se o trabalho dos drs. Duarte Vidal e Salgado Zenha. Questão das mais prementes no actual sistema fascista português, ela foi discutida com prudência pelos congressistas. Os autores da tese basearam-se em duas comunicações, apresentadas ao Instituto da Conferência da Ordem dos Advogados, as quais na devida al-

tura haviam sido enviadas ao Ministro da Justiça pelo bastonário da Ordem.

O dr. Rogério Fernandes falou sobre a "Batalha socialista pela democratização do ensino", o dr. Luís Francisco Rebelo sobre "A situação do teatro em Portugal", o eng. Flávio Martins sobre "Agricultura, desenvolvimento económico e democracia", o dr. Alberto Pedrosa sobre "A previdência social portuguesa", o dr. Raul de Castro sobre "Atualidade dos princípios gerais do Direito estabelecido pelo regime republicano de 1910", o dr. Abran-ches Ferrão sobre "Direitos de Informação", o dr. Manuel da Costa e Melo sobre "Bases para uma lei eleitoral de expressão democrática", o dr. Eduardo Ribeiro sobre "A habitação, problema social", o jornalista António Marcelino Mesquita sobre "Democracia e Juventude", o dr. José Rabaça sobre "Indústria têxtil-1969", o dr. Victor de Sá "Repercussão em Portugal do surto revolucionário de 1848. A primeira Imprensa socialista", os escritores Oscar Lopes, Egito Gonçalves e Marta Cristina de Araújo sobre "Perspectivas democráticas da literatura portuguesa".

A Comissão Eleitoral Democrática de Braga apresentou um interessante trabalho, seguido com grande interesse pelos Congressistas, intitulado "Do estudo dos problemas concretos como forma de dinamizar a vida nacional".

Os drs. Ruy Grácio e Joel Serrão apresentaram uma tese de valor sobre "A educação na democratização do país". A tese começa por definir o conceito de democracia, após o que emprende uma análise das coordenadas da história portuguesa desde o liberalismo. "Se queremos uma democracia — afirma — temos que nos educar a todos para ela, começando por criar as necessárias condições de base". O trabalho termina mostrando as relações entre a verdadeira democracia e a educação, as duas imprescindíveis uma à outra. José Tengarrinha e Augusto da Costa Dias discorreram sobre "A situação do escritor em Portugal". A sua importante tese estabelece comparações bem esclarecedoras entre o papel do escritor na República e no Estado Novo, para terminar: "A cultura portuguesa, os seus problemas, os problemas mais vastos de todo um povo em que se radica, exigem que os escritores se debrucem sobre eles com lucidez cada vez maior, visando a encontrar soluções que correspondam às necessidades e aos anseios da comunidade a que pertencem." O dr. António Macedo falou sobre um grave problema, que Portugal veio a conhecer sob a pata do fascismo: "o sigilo da correspondência". Depois de apontar casos flagrantes de violação de correspondência, o dr. Macedo traçou varias considerações legalistas e doutrinaras, terminando por exprimir o voto de que, neste campo tão importante para as relações entre os homens, se cumpra finalmente a lei, dando aos cidadãos portugueses os direitos e as garantias do sigilo da correspondência. O dr. Vasco da Gama Fernandes, na sua tese "A modernidade e a Ordem Jurídica Portuguesa"

defende a construção de uma pátria moderna, para todos os portugueses, sob a égide de Uma Democracia Republicana respeitadora das ideias estranhas mas firme nas tarefas que preservem as estruturas do regime e ao mesmo tempo a integrem numa ordem social e política actualizada." Foram ainda apresentados os seguintes trabalhos: "Portugal no conjunto das nações ibéricas" pelo dr. José Rodrigues; "A formação Desportiva como um dos aspectos da promoção social do povo português", pelo professor José Esteves; "Tomás da Fonseca vivo-intelectual sem bandeira ao serviço do povo", pelos drs. Augusto César Anjo, J. Simões e Fernando Moga; "A terra e o seu emigrante", pelo dr. José Alberto Rodrigues; "O jornal, o jornalismo e a função formativa da Imprensa", por D. Manuela de Azevedo; "A democratização do ensino em Portugal" pelo dr. Santos Simões; "A censura administrativa à Imprensa", pelo dr. Raul Rêgo; "A Universidade e a Cultura" pelos drs. Veiga Pires e Veloso Pinto; "Para uma definição de Democracia" pelo jovem Ançã Regala.

Foram ao todo 76 teses, que revelam a vitalidade das forças democráticas portuguesas, que depois dos 43 anos da noite fascista, conseguem unir-se para estudar e apresentar soluções para os mais prementes problemas nacionais, que o salazarismo foi acumulando e complicando. O eng. Cunha Leal e o escritor Ferreira de Castro mandaram mensagens, lidas e aplaudidas na segunda sessão do Congresso.

## Os 14 pontos aprovados

A sessão inaugural foi presidida pelo Coronel Helder Ribeiro que, depois de evocar as figuras dos democratas Mario Sacramento, Antonio Luis Gomes e Manuel das Neves, ultimamente falecidos, exaltou os ideais democráticos e mostrou a grande importancia deste congresso para a democracia portuguesa. As sessões de trabalho foram dirigidas pelo dr. Orlando de Carvalho e pelo Professor Dr. Rodrigues Lapa, que finalmente, entre grandes aplausos, leu o seguinte programa de 14 pontos que substancia os anseios das diferentes correntes da democracia portuguesa:

"1. Liberdade de expressão e pensamento, e anistia geral para os presos políticos; 2. Readmissão de todas as pessoas que perderam os seus cargos por motivos políticos; 3. Liberdade de assembléa e associação; 4. Uma lei eleitoral que permita à nação escolher livremente os seus representantes; 5. Desenvolvimento da educação; 6. Abolição dos privilégios e monopólios; 7. Democratização da educação e acesso à cultura; 8. Respeito pela opinião da juventude; 9. Estudo das causas da emigra-

ção; 10. Melhora do status social da mulher; 11. Liberdade de organização e acção para os sindicatos; 12. Estudo completo dos problemas de habitação, agricultura e pequenas indústrias com vistas a resolver o

sub-desenvolvimento do país; 13. Livre debate sobre a guerra nos territórios africanos e suas implicações gerais na vida da nação; 14. Organização política dos democratas para uma representação nacional."

## Mensagens do Brasil

Do Recife, os grandes democratas drs. Ruy Luís Gomes e José Morgado fizeram chegar a Aveiro a seguinte mensagem:

Amigos

Afastados de nossa Pátria há tantos anos, é com a maior emoção que saudamos todos os participantes do segundo Congresso Republicano de Aveiro e recordamos o nosso querido Amigo e Companheiro de tantas lutas pela Democracia e pela Paz, Dr. Mário Sacramento.

A realização deste Congresso é uma afirmação de vitalidade da Oposição e será certamente da maior importância para todos nós, democratas, interessados como estamos em libertar nosso País do fascismo e do colonialismo e entregar o Poder aos legítimos representantes do Povo.

Todos nós temos consciência de que só quando o Povo exercer o Poder é que os problemas fundamentais do nosso País podem ser resolvidos. No entanto, para que tais problemas possam vir a ser resolvidos, é necessário desde já debatê-los em assembleias democráticas, como este Congresso se propõe fazer.

Como professores compulsoriamente afastados há mais de vinte anos das Universidades Portuguesas, sentimos que um dos mais graves problemas do nosso País é o problema das Universidades.

É já um lugar comum que as Universidades Portuguesas, no seu conjunto, se omitem sistematicamente perante os problemas nacionais.

Assim é que os Conselhos Escolares das diferentes Faculdades

— não só nunca tomaram posição contra o fascismo, como até alguns desceram à ignominia de conceder títulos universitários a fascistas como Franco;

— não vieram a público condenar as guerras coloniais como crimes contra a Humanidade;

— não repudiaram publicamente a expulsão de professores universitários, secundários e primários por motivos políticos;

— não repudiaram publicamente a expulsão de estudantes por motivos políticos;

— não condenaram publicamente as invasões das Faculdades pela polícia para perseguir estudantes;

— não condenaram nunca os catedráticos que, como ministros da Educação e da Justiça, mais se salientaram na repressão a estudantes e professores;

— nenhum apoio têm dado às lutas dos estudantes universitários de Lisboa, Porto e Coimbra pela reintegração dos professores expulsos por motivos políticos;

— nenhum apoio têm dado aos estudantes universitários

na luta pela autonomia das Universidades e das Associações Académicas:

— no decorrer de mais de quarenta anos de fascismo, não se opuseram ao afastamento nem chamaram para os centros de estudos universitários (integrando-os ou não no seu corpo docente), investigadores ou profissionais de valor no domínio das Ciências, Letras, Técnicas ou Artes, como António Sérgio, Jaime Cortesão, António Monteiro, Manuel Valadares, António Barros Machado, José Ferreira Marques, Hugo Batista Ribeiro, Alfredo Pereira Gomes, João Andrade e Silva, Pedro Martins, António Brotas, José Santana Dionísio, Aurélio Quintanilha, Oscar Lopes, Magalhães Vilhena, Magalhães Godinho, Rodrigues Lapa, Joel Serrão, Keil do Amaral, Laginha Serafim, Corino de Andrade, Delfim Amorim, Fernando David, António José Saraiva, Newton de Macedo, Fernando Fonseca, Puído Valente, Mário Silva, Aurélio Marques, da Silva, Armando de Castro, Jorge Alarcão, Mário Ruivo, José Marinho, Santana Dionísio, António Salgado Júnior, Urbano Tavares Rodrigues, Casais Monteiro, José Régio, Miguel Torga, Ferreira de Castro, Fernando Mamora, Miguel Urbano Rodrigues, Fernando Lopes Graça, Mário Dionísio, Maria Isabel Aboim Inglês, António Ricca Gonçalves, Júlio Pomar, Lima de Freitas, Maria Keil, Vitor Ramos, Barradas de Carvalho, Ema Quintas Alves, Maria Helena Andrade e Silva, Laureano Barros, José Gaspar Teixeira, Augusto Sá da Costa, Augusto da Costa Dias, Jorge Delgado, Flausino Torres, Victor de Sá, Castro Soromenho, Luís Francisco Rebelo e tantos e tantos outros.

Amigos:

Perante esta situação, sugerimos que o segundo Congresso Republicano de Aveiro:

1) apoie abertamente os estudantes universitários na luta que tão desassombadamente vêm desenvolvendo pela autonomia universitária e pelas liberdades académicas e ainda pela reintegração de todos os professores e estudantes afastados por motivos políticos;

2) dirija um apêlo aos professores das Universidades do Porto, Lisboa e Coimbra para que sigam o exemplo dos estudantes reivindicando autonomia universitária, liberdades académicas e reintegração dos professores e estudantes afastados por motivos políticos;

3) como demonstração da existência de investigadores e especialistas para enfrentar imediatamente o problema da carência de quadros docentes universitários e como libelo acusatório contra a política educacional da ditadura, promova a publicação dos currículos dos investigadores e espe-

(Continua na pág. 5)





Um aspecto da mesa da presidência no I Congresso Republicano de Aveiro em 1957, doze anos antes da grande jornada de unidade ora realizada na terra de José Estevão.

# Dois Democratas que desaparecem

## Mário Sacramento

Chega-nos a notícia do falecimento súbito de Mário Sacramento. Mário Sacramento, médico em Aveiro, apesar da sua curta existência — não atingira ainda os 50 anos — conta-se entre uma das figuras mais expressivas do Portugal dos nossos dias. Mário Sacramento era o médico do Povo da sua região. Era adorado pelo Povo da sua região. E era detestado pelos fascistas da sua região. Mas para além do médico do Povo de Aveiro, tinha, desde a sua juventude uma propensão para os estudos literários que fizeram dele um dos maiores críticos contemporâneos da Literatura Portuguesa. Data de há já não poucos anos a sua, talvez, maior criação intelectual, um livro sobre Eça de Queiroz: **Eça de Queiroz — uma estética da ironia**. Sobre o grande romancista do século XIX, pode dizer-se que ninguém fez até hoje melhor. O livro de Mário Sacramento pertence, e pertencerá, àquela exigente e selecionada bibliografia sobre um dos maiores da Literatura Portuguesa. Outros livros nos deixou Mário Sacramento. Muitos artigos de crítica literária nos deixou através de revistas como a **Seara Nova**, a **Vértice**, e de páginas literárias como as do **Diário de Lisboa**. O médico amado do Povo, o crítico literário de primeiríssimo plano não tiveram uma vida fácil. Daí talvez a sua morte prematura. Mário Sacramento, pela sua ligação, como médico, com a sofrida vida quotidiana do Povo Português, pela sua invulgar capacidade intelectual que lhe permitiu entender aquilo de que o Povo Português precisava, foi levado, desde muito cedo, para uma actividade cívica e política ao lado do Povo. É este médico, este intelectual invulgar, que pagou algumas vezes com a prisão, e muitas com a perseguição de todas as ordens, a sua determinação em fazer de Portugal um País diferente, em que a prosperidade e a liberdade reinassem. A adversidade, a vida dura que o fascismo o obrigou a viver levaram a esta interrupção prematura, nas vésperas do **Congresso Republicano de Aveiro**, de que tinha sido um dos maiores artífices. Assim, ele foi o grande ausente. Para todos os democratas portugueses, a maior presença. **Portugal Democrático** associa-se ao profundo pesar dos democratas de Aveiro e da região de Aveiro. **Portugal Democrático** associa-se ao profundo pesar de todos os companheiros de luta, do médico, do crítico literário ímpar, do esforçado e abnegado militante da Oposição Democrática Portuguesa que foi Mário Sacramento.

Portugal. A sua corajosa obstinação tinha a idade do fascismo em Portugal: 43 anos. Ao longo destes 43 anos Manuel Mendes foi escritor, novelista, cronista, foi jornalista, foi escultor, e foi um combatente pela causa da Liberdade e da Democracia em Portugal. Como jornalista, deixa vasta colaboração em jornais como **A República**, **Diário de Lisboa**, **O Primeiro de Janeiro**, **A Capital**. Como escritor e novelista, liga-se desde muito jovem, como secretário, a uma das grandes figuras da literatura portuguesa do nosso século, Raul Brandão. Raul Brandão foi um dos fundadores da **Seara Nova**. Manuel Mendes foi, durante anos, um dos mais assíduos colaboradores da **Seara Nova**. Como escritor estreitamente ligado aos problemas cívico-políticos do nosso País, Manuel Mendes não esquece que a compreensão do passado é a melhor chave para a compreensão do presente. Assim nos deu alguns estudos históricos, com a marca da sua personalidade inconfundível: **Breve Perfil de Herculano**, **Antero de Quental**, **Oliveira Martins — o homem e a vida**; **Testamento Político de D. Luis da Cunha**, **Discursos Parlamentares de Almeida Garrett**. Como novelista e cronista da vida quotidiana portuguesa, Manuel Mendes deixa alguns romances, contos e novelas, entre os quais lembramos o seu **Roteiro Sentimental**, e o seu último livro, ainda há poucos meses publicado: **História Natural**. Para além do jornalista, do ensaísta, do novelista e do cronista, existiu também o autor de muitas monografias artísticas, e existiu ainda o artista plástico, o escultor apreciado em várias exposições. Manuel Mendes foi, finalmente, um corajoso militante da Oposição Democrática Portuguesa. Deu os primeiros passos naquilo que havia de vir a ser uma longa caminhada que não chegou ao seu termo, a quando da greve académica de 1931, sendo então estudante do último ano da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, secção de História e Filosofia. Não chegou a fazer os exames finais de Licenciatura, tal como o seu dedicado amigo, o compositor Fernando Lopes Graça, em virtude desta greve, recusando-se a terminar o Curso em sinal de protesto contra a Ditadura instalada no País, havia nessa altura apenas 7 anos. Se tivermos agora em conta os movimentos legais da Oposição Democrática Portuguesa, vemos, em 1945, Manuel Mendes como um dos promotores da reunião do Centro Almirante Reis de que surgiu o Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.), e de cuja Comissão Central fez parte. Mais tarde, em 1949, na campanha eleitoral à Presidência da República do General Norton de Matos, teve a seu cargo os serviços de imprensa e propaganda. Em 1958 fez parte da Comissão Central da candidatura à Presidência da República do General Humberto Delgado. Esta abnegada e corajosa participação foi saldada com algumas prisões e perseguições de vária ordem, da parte da Ditadura Salazarista. Manuel Mendes foi uma das mais ricas personalidades da vida intelectual, artística, e cívica, do Portugal dos nossos dias.

## Manuel Mendes

Faleceu no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, no passado dia 4 de maio, com a idade de 63 anos, o escritor e artista plástico, o obstinado militante pela causa da Democracia em Portugal que foi Manuel Mendes.

Manuel Mendes nasceu para a vida intelectual e cívica com o advento da ditadura salazarista em

cialistas portugueses expulsos das Universidades Portuguesas ou que a elas não tiveram acesso;

4) defenda a criação imediata de comissões paritárias de professores e estudantes universitários para estudarem os problemas das Universidades e posteriormente assumirem a responsabilidade de governo das Universidades Portuguesas;

5) inicie desde já estudos para a criação da Universidade de Aveiro — a UNIVERSIDADE JOSÉ ESTEVÃO — como afirmação de continuidade da obra da Primeira República em prol das Ciências, Técnicas, Artes e Letras ao serviço do Povo Português, da Liberdade e da Paz.

VIVA O SEGUNDO CONGRESSO REPUBLICANO DE AVEIRO.

VIVA A REPUBLICA  
VIVA PORTUGAL

so, acalenta-nos a esperança de que no plenário serão corajosamente levantadas e defendidas as reivindicações básicas imediatas da Nação: **AMNISTIA PARA OS PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS, FIM DAS GUERRAS COLONIAIS, EXTINÇÃO DA CENSURA E DA PIDE, RESPEITO DE TODOS OS DIREITOS CONSTANTES DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, CONVOCAÇÃO DE UMA CONSTITUINTE.**

Com os melhores votos pelo exito total dessa patriótica iniciativa, apresentamos a V. Exa. e a todos os congressistas as nossas saudações democráticas.

## SAUDAÇÃO DO C. R. P.

A Diretoria do Centro Republicano Português de S. Paulo também se fez representar no grande conclave que reuniu a

família republicana, enviando ao coronel Helder Ribeiro a seguinte saudação:

“Vimos pela presente rogar a V. Exa. o favor de nos representar no II Congresso Republicano de Aveiro e apresentar nossa fraterna saudação a todos os democratas ali reunidos para prestigiar a Republica e pugnarem pelas liberdades e direitos do povo português.

Com os nossos melhores cumprimentos nos subscrevemos.

De Va. Exa.

Atos. adm.res e m. gratos  
A Diretoria do CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS de SÃO PAULO.”

O nosso companheiro de redação Miguel Urbano Rodrigues mandou ao Congresso de Aveiro um trabalho intitulado “As eleições de Outubro e as ilusões legalistas” que, representando o pensamento da Unidade Democrática Portuguesa, procede a uma análise da situação nacional à luz das “eleições” que se realizaram em Portugal em Outubro.

## PEQUENAS NOTÍCIAS

\* A convite do Partido Social Democrata da Suécia uma delegação do PAIGC, chefiada pelo seu secretário geral Amílcar Cabral, visitou recentemente aquele país. Os representantes do povo guineense foram recebidos por dirigentes de várias organizações partidárias e sindicais e pelo ministro M. Lange, membro da direcção do PSD.

\* A “Gulf Oil” foi autorizada pelo governo fascista português a realizar pesquisas na plataforma submarina de Moçambique. Os investimentos ultrapassarão 78 milhões de escudos. A venda de Moçambique aos trustes estrangeiros prossegue.

\* O neuro-cirurgião americano Houston Merritt, depois de observar Salazar em março, declarou que, embora se recorde de factos ocorridos há muito, o velho ditador perdeu completamente a memória no tocante a acontecimentos recentes...

\* Ao receber uma delegação do PAIGC, o general Yakubu Gowon declarou textualmente: “a coesão existente no seio da direcção do vosso Partido é um crédito para vós e para toda a organização. Contem com o nosso apoio moral e material”.

\* As visitas a Lisboa de autoridades sul-africanas prosseguem. O último visitante foi o sr. Pieter Botha, ministro da Defesa da Republica escravagista.

\* O Governo do sr. Caetano promoverá a visita a Moçambique em junho de uma caravana de trinta jornalistas de várias nacionalidades que participarão no Congresso da Imprensa Económica e Financeira a realizar este mês em Lisboa. Quem paga é o povo...

\* A Fundação Gulbenkian, dirigida pelo sr. Azeredo Perdigão, decidiu doar 30 milhões de escudos à Fundação Salazar, presidida pelo almirante Américo de Deus Tomás, que faz as vezes de presidente da República.

\* Segundo o governador Rebocho Vaz declarou a agência United Press, só a contribuição de Angola para a sustentação da guerra colonial será este ano de 43.700.000 dólares, sem contar com as despesas relativas às forças da Polícia, da PIDE e da Defesa Civil.

\* Realizou-se em Lisboa, no dia 28 de fevereiro, uma manifestação contra a guerra no Vietnam. A polícia cercou a Embaixada Americana. Mas a manifestação começou no Largo da Estefânia, desceu para a Almirante Reis, junto à cervejaria Portugal, tendo a polícia conseguido dispersá-la já na Alameda Afonso Henriques, pouco depois das 18 horas, com milhares de pessoas nas ruas.

### OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

### UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

## Pronunciamento da U. D. P.

Por sua vez a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, de S. Paulo, enviou ao Secretário Geral do II Congresso Republicano de Aveiro, a seguinte mensagem:

“Não esqueceram os antifascistas portugueses do Brasil o êxito cívico e democrático alcançado pelo I Congresso Republicano realizado nessa cidade em 1957. Compreende-se, assim, a poucos dias da abertura do II Congresso, venham solicitar de V. Exa. se digno transmitir ao plenário desse importante conclave a certeza que os anima de que os congressistas republicano de Aveiro saberão, neste delicado momento da vida nacional, traduzir correctamente as aspirações democráticas do nosso povo, oprimido há 42 anos por uma ditadura obscurantista.

A Unidade Democrática Portuguesa, tendo sempre presente que é no Interior do País que se decide o seu futuro, considera fundamental que as forças democráticas se mantenham coesas e firmes ante todas as manobras divisionistas do inimigo e vê em manifestações como a de Aveiro uma prova de que as tentativas do governo para cindir a Oposição serão derrotadas.

Ao saudarmos calorosamente os participantes do Congres-



## Pela amnistia e contra a repressão

# Apêlo da F.P.L.N. a favor de Cruzeiro

A propósito da decisão de um Tribunal franquista que recentemente deliberou entregar um desertor da guerra colonial ao governo fascista de Lisboa, a Frente Patriótica de Libertação Nacional lançou o seguinte apêlo a opinião pública internacional:

"Eduardo José Pons Queiroz do Cruzeiro, diplomado pela Escola de Belas Artes de Lisboa, prestou serviço militar na Guiné (Bissau). Era furiel miliciano do Centro de Instrução de Comandos. Aproveitando uma licença, desertou.

Eduardo Cruzeiro, jovem anti-fascista e anti-colonialista, desertou porque não queria fazer a guerra de repressão e de extermínio contra o Povo da Guiné (Bissau).

Eduardo Cruzeiro foi preso em Espanha em Agosto de 1968. Em Dezembro, o governo português apresentou um pedido de extradição baseado no facto de Eduardo Cruzeiro ser desertor militar.

Em abril de 1969 o Tribunal de Madrid decidiu conceder a extradição de Eduardo Cruzeiro, desertor do exército colonialista, e entregá-lo às autoridades fascistas de Portugal logo que cumpra a pena a que foi condenada em Espanha por uso de nome falso e posse ilícita de arma.

Não se trata apenas de um caso gravíssimo de concessão do pedido de extradição de um militante político. Trata-se de uma decisão que apóia a política colonialista e de guerra colonial do governo fascista dos continuadores de Salazar. Trata-se da entrega de um desertor da guerra colonial.

A decisão do Tribunal de Madrid, a ser seguida pelas autoridades de outros países da Europa constitui uma ameaça para a liberdade e a vida de milhares de jovens portugueses. É preciso não esquecer que só no ano de 1967, 14.000 jovens portugueses não se apresentaram à incorporação.

A guerra colonial, e o próprio colonialismo, foram condenados na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. A Espanha como país membro das Nações Unidas deveria ter em conta que Eduardo Cruzeiro é um desertor da guerra colonial que é um militante anti-colonialista.

O Governo de Madrid torna-se cúmplice do crime de guerra colonial entregando o militante anti-colonialista Eduardo Cruzeiro à P.I.D.E. e ao Governo fascista e colonialista de Lisboa.

Apelamos para a opinião internacional.

Dirigimo-nos aos Governos e aos povos; dirigimo-nos a todos os homens e mulheres anti-fascistas e anti-colonialistas; dirigimo-nos aos Partidos democraticos, às Organizações sindicais e humanitárias.

Pedimos — que protestem urgentemente junto das autoridades espanholas telefonando ou escrevendo para: Ministro da Justiça — Ministério

da Justiça Madrid — Espanha; — General Francisco Franco, Palacio Del Prado Madrid — Espanha. — que protestem urgentemente junto das Embaixadas e Consulados de Espanha nos vossos países.

Eduardo Cruzeiro, militante anti-colonialista português, não pode ser entregue às autoridades fascistas de Portugal.

Eduardo Cruzeiro é um desertor da guerra colonial da Guiné (Bissau). Defendamos a liberdade e a vida de Eduardo Cruzeiro.

Defendamos a liberdade e a vida dos jovens portugueses que desertam, que se recusam a fazer a guerra colonial dos fascistas."

## Começou a Fraude Eleitoral

Um grupo de democratas do Porto, encabeçado pelos drs. Armando Cotta, Raul Castro e Armando Bacelar e pela eng. Virginia Moura distribuiu o seguinte protesto contra a discriminação de que estão sendo alvo os republicanos daquela cidade que desejam consultar os cadernos eleitorais a fim de verificar se não houve omissões no recenseamento:

"Um numeroso grupo de democratas do Porto vem há largos meses a exercer atividade política e cívica em face da atual situação política e do próximo ato eleitoral. Assim, oportunamente foi enviado à Imprensa um comunicado notificando o requerimento apresentado ao senhor governador civil do Porto, em novembro do ano findo, com copia dos estatutos de uma Comissão Eleitoral Democratica do Porto, de caracter meramente temporário, o qual veio a ser indeferido por despacho de 5 de fevereiro ultimo, do qual foi interposto o competente recurso na Auditoria Administrativa em 5 do mês corrente.

"Nos dois bairros administrativos desta cidade e nos conselhos do distrito do Porto, os cadernos do recenseamento não puderam ser consultados senão nas mãos de pessoal das respectivas secretarias, sendo

expressamente recusada qualquer forma de cópia dos cadernos, quer mecanica quer manual.

"Esta recusa foi mantida pessoalmente pelo sr. governador civil do Porto, em audiência concedida, em 9 do corrente, a alguns democratas que com ele se avistaram em face da referida recusa.

"Apesar das dificuldades levantadas, tornou-se evidente para as pessoas que efectuaram as consultas que há numerosíssimas omissões no recenseamento. Assim, nos dois bairros desta cidade apenas se encontram inscritos cerca de 40 mil eleitores, o que traduz uma percentagem de cerca de 12 por cento da população da cidade. Para evidenciar a excludência destes numeros, basta compará-los com os do distrito de Aveiro, já publicados nos jornais, com uma percentagem de cerca de 50 por cento de eleitores, numa população essencialmente rural.

"Há numerosas pessoas que requereram a sua inscrição e não figuram nos cadernos. Verifica-se, também, a existência de incorrecções na identificação de várias pessoas e a inscrição de eleitores fora da área das suas residências, o que é suficiente para impedir essas pessoas de exercerem o seu direito de voto.

"Acresce que no 2.º bairro do Porto não há um só caderno mas dois cadernos de recenseamento, sendo um dos eleitores de 1968 e o outro dos do ano corrente, e em ambos os bairros desta cidade a eliminação dos eleitores é processada através de um carimbo, e nada garante que ele não possa vir a ser utilizado para os outros eleitores.

"E até a um advogado desta cidade, dr. Arnaldo Mesquita, que verificou não estar inscrito, apesar de ter o requerimento respectivo recenseado, no 2.º bairro comunicaram-lhe o motivo do indeferimento, que procurou conhecer para efeito de reclamação; e no conselho de Gondomar não foi permitido a qualquer eleitor informar-se da inscrição ou omissão de outros eleitores, assim, como no concelho da Maia não estavam organizados os cadernos no início do período da sua reclamação."

# COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

## Guiné

Os estaleiros navais de Hamburgo, da Blöhm und Voss, estão construindo três fragatas para o governo português, vasos de guerra que são dotados de foguetes especialmente destinados a emprêgo em rios.

Por outro lado, os capitalistas alemães estão investindo em Cabo Verde aproximadamente 12 milhões de dólares destinados em primeiro lugar à instalação, na Ilha do Sál, de um complexo industrial de pesca e conservas e, na Ilha de Boavista, de um Centro Turístico, cuja primeira fase prevê a construção de três hotéis e de um aeroporto de grande capacidade. Lembra-se que a Ilha do Sal dispõe já de um campo de pouso internacional, que recentemente foi modernizado com a participação da república do apartheid, a África do Sul. O objetivo é claro: fortalecer a falada posição portuguesa, na zona de Cabo Verde e da Guiné.

Assinala-se que, além dos meios de que o governo português já dispõe, constituídos pelos aviões Sabre e Fiat 91, que todos os dias lançam napalm e bombas sobre as populações das colônias, e da ajuda material da Alemanha Ocidental, as tropas colonialistas disporão dentro em breve das fragatas especialmente concebidas para ataques terroristas contra as mesmas populações.

Relatórios recebidos da região de Xitole informam sobre uma recente incursão de forças portuguesas no setor de Carnes, onde foram desembarcadas tropas transportadas em helicópteros e fuzileiros. Este ataque destinou-se especialmente às aldeias de Ga Codia, Fifial, Manhae, Ga Dias e Corunbal, onde o exército de ocupação matou elementos civis bem como todo o gado, tendo ainda queimado a colheita de arroz.

Durante o mês de Março último os colonialistas levaram a cabo também ações terroristas das suas tropas transportadas em helicópteros contra as aldeias de Catungo, Darsalame e Indjassane, na frente sul, e contra as aldeias da região de Bircama, no norte. Nomeadamente em Indjassane as tropas colonialistas assassinaram, no dia 22 de Março, três patriotas, e uma criança.

O atual recrudescimento das atividades terroristas do exército lusitano representa mais um sinal do desespero ocasionado pelas inúmeras derrotas que lhes foram infligidas. Ressalte-se que a região de Ga Carnes — uma das mais visadas pelas ações criminosas dos ocupantes — foi teatro de uma das derrotas mais vergonhosas sofridas pelos colonialistas no decurso da última estação das chuvas. Com efeito, com a tomada do campo de Ga Carnes ou Outubro passado, os combatentes do PAIGC — Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde — limpam a região de toda a presença das forças coloniais. Depois disso toda a população, totalmente mobilizada e enquadrada nos ideais nacionalistas, encetou com entusiasmo uma nova vida de liberdade e de trabalho.

Na segunda quinzena do

mês de Março as forças do exército colonialista registraram importantes perdas em vidas e material, por ocasião de novos ataques dos nacionalistas contra os seus campos. Durante este período foram atacados os seguintes:

Dia 16 — Kébo e Guiledje; a 17 — Guiledje, Jumbembem e Ganturé; a 19 — Missirá; a 21 — Kebo, Ganturé e São João; a 23 — Gantomgó, Morcunda e Empada; a 24 — Kebo, Empada e Nhala; a 25 — Farim; a 26 — Guiledje, Ganturé e Fulacunda; a 27 — Guiledje; a 28 — Bagene; a 29 — Guiledje; a 30 — Kebo; e a 31 — Catió.

Além destas ações anotam-se as seguintes, ainda na segunda quinzena de Março: Dia 23 — Uma unidade do exército do PAIGC atacou uma coluna inimiga que vinha do campo de Nhala e procurava atingir, através a floresta, a estrada de Buda a Kabo e que foi forçada a pedir a ajuda da aviação para evitar o total aniquilamento. No mesmo dia — na cidade de Bolama, antiga capital do país, um comando especial do PAIGC fez explodir dois veículos pesados das forças coloniais.

Dia 26 — Numa emboscada a cerca de um quilómetro do campo de Morcunda (Candjambari) foi destruído um caminhão BMC, mortos 7 soldados e registrados inúmeros feridos. No mesmo dia — na região de Bafatá foi posto em fuga um contingente que procurava aproximar-se de uma base de apoio dos nacionalistas, no setor de Tassilime, com 4 mortos e muitos feridos.

Um mês antes, em Fevereiro as forças do PAIGC, que já tomaram aos portugueses 18 campos entrincheirados, conseguiram aniquilar mais 3, com pesadas perdas para as tropas de ocupação.

Uma importante vitória foi assinalada na frente sul, no rio Buda, onde uma unidade de artilharia conseguiu aniquilar duas vedetas da marinha colonialista, que viu outro de seus barcos explodir no rio Cobade, também na frente sul.

Na região de Quetafine, no decurso de um bombardeamento levado a cabo pela aviação portuguesa o PAIGC atingiu um avião de observação e abateu um caça a reação Fiat 91.

Ainda em Março muitas foram as ações do PAIGC, todas levando a morte e o desânimo às forças de ocupação, com destruição de material, muitos mortos e inúmeros feridos, assinalando-se, no dia 3, um ataque contra o posto de Facilime, na estrada que liga o campo de Pitche à cidade de Gabu, onde a guarnição local sofreu pesadas perdas em homens e material, sendo necessário chamar reforços para evitar a ocupação do local pelo exército da Guiné.

## Angola

A 19 de Abril os patriotas angolanos do M.P.L.A. provocaram o descarrilamento de uma composição ferroviária do Caminho de Ferro de Benguela, entre Saleno e Chicala, no

(Continua na página 7)

## PORTOGALLO LIBERO

A imprensa democratica portuguesa acaba de ser enriquecida com um novo orgao: PORTOGALLO LIBERO, bo-

letim de infomração da Frente Patriótica de Libertação Nacional editado em italiano (cliché). A noav publicação, que tem como diretor responsável o sr. Enzo Agnolletti, insere amplo noticiário sobre as últimas lutas do povo português e apresenta uma excelente reportagem sobre a guerra colonial ao entrar no seu 8.º ano. As manobras divisionistas do salazarismo sem Salazar são igualmente desmascaradas e traçado o perfil de Marcelo Caetano, como discípulo e colaborador direto do ex-ditador. É também dado uma ênfase especial à solidariedade internacional ao combate do povo português.

Quem desejar assinar o novo jornal, cuja apresentação gráfica é muito boa, deve dirigir o pedido a "Portogallo Libero". Via S. Agata, 20, Ravenna, Itália.





# AGRAVA-SE A SITUAÇÃO ECONÓMICA DO PAÍS

CRUZ AZEVEDO

Malgrado todas as fanfarrônicas dos dirigentes políticos salazaristas sobre o desenvolvimento industrial e económico, a estabilidade financeira interna e a solvabilidade externa do escudo — a situação económica do país agrava-se de ano para ano e a estabilidade financeira e o valor da moeda não passam de um mito.

Os dados fornecidos pelo serviço nacional de estatística, não obstante as inúmeras e graves insuficiências de organização e metodologia de que enfermam, revelam de maneira inofismável a verdade.

Em relação a 1968, e apesar de não conhecermos ainda números completos e definitivos sobre a evolução económica de Portugal durante esse período de tempo, constatamos que a aludida tendência não se alterou, pois de acordo com as estimativas oficiais, feitas no próprio relatório da proposta de autorização das receitas e despesas para 1969, a taxa de crescimento do produto nacional foi inferior à de 1967, a qual por sua vez se ressentiu já da recessão económica verificada em 1966.

Deste modo, não surpreende que o ritmo da produção e da procura haja sido insuficiente e que diversos setores industriais estejam longe de revelar a utilização da plena capacidade das potências fabris. Com efeito é o próprio governo que reconhece publicamente na lei de meios para o ano em curso que a taxa de crescimento do capital fixo em 1967 deixou a desejar e que continua a causar apreensão o comportamento da taxa de formação do capital fixo.

Quer dizer: os grandes capitalistas e o seu governo, agora encabeçados por Marcelo Caetano, que já só empregavam uma parte insignificante dos seus lucros e orçamento no incremento do desenvolvimento económico, através do investimento na compra de novas máquinas, equipamentos e instalações, vias de comunicação e de transporte, ensino e investigação científica, etc., reduziram mais ainda esse investimento, ocasionando o agravamento imediato da situação económica das massas trabalhadoras, a multiplicação dos obstáculos à actual progressão da estrutura económica portuguesa, e, aspectos que importa ter em conta, o crescimento de dificuldades ao impulso e reestruturação que, mais tarde ou mais cedo, mas necessariamente, terá que ser dado e levada a cabo pelas forças democráticas.

O DESEMPREGO ALASTRA — E O CUSTO DE VIDA SOBE

Indício esclarecedor do que se esta a passar no nosso país é o desemprego (e o sub-desemprego) que, em particular neste momento, se estende um pouco por toda a parte: Porto, Lisboa, Viana do Castelo, Castelo Branco, Guarda, Marão, Covilhã... E nem mesmo a grande corrente emigratória que nos últimos anos tem levado centenas de milhares de portugueses para o estrangeiro corrente essa que não mostrou sinais significativos de abrandamento no decurso do ano findo, foi bastante para neutralizar os efeitos da falta de trabalho. Milhares de operários viram-se sem ocupação ou continuam a ser despedidos, outros a trabalhar no regime de meio tempo, e ainda outros foram obrigados a mudar de profissão aceitando empregos mais mal pagos.

Indústrias como a Têxtil, a construção naval e a de serração de

madeiras estão entre as que mais desemprego têm ocasionado; mas o mesmo problema observa-se também na indústria hoteleira e outros serviços ligados ao turismo, de minerais, e, apesar da tão apregoada "falta de braços" na própria agricultura.

Ficaremos com uma ideia mais precisa da situação se recordarmos que, por exemplo, a indústria têxtil encontra-se entre as principais actividades industriais do país, quer pelo que respeita ao volume da produção, quer pelo que toca ao número de portugueses que dela vivem ou dependem, visto empregar cerca de 80.000 operários, o que significa ser a fonte de sustento de mais de um quarto de milhão de portugueses, espalhados sobretudo pelo norte do país. (Armando de Castro: "Problemas de Economia Teórica e Aplicada", Out. 1968, ed. Seara Nova).

Indiferentes, porém, às dificuldades acrescidas da população trabalhadora, governantes e capitalistas não só nada fazem de verdadeiramente eficaz para modificar a situação como ainda pretendem conservar e elevar as suas taxas de receitas e lucros.

Os monopólios e o capital financeiro recusam-se a elevar os salários, pretextando que as dificuldades a todos atingem e que importa sair do impasse, impondo-se portanto e antes de tudo o mais o aumento da produtividade e racionalização do trabalho o que

PORTO	1967	1968
GRUPOS	OUTUBRO	OUTUBRO
Alimentação	142,6	154,3
Vestuário e Calçado	103,6	104,2
Habituação	215,3	225,8
Electricidade e combustíveis	111,6	128,7
Higiene	108,6	118,4
Diversos	130,0	140,1
TOTAIS	142,0	152,9
LISBOA	1967	1968
GRUPOS	OUTUBRO	OUTUBRO
Alimentação	146,5	149,7
Vestuário e Calçado	122,3	122,9
Habituação	178,5	194,2
Electricidade e combustíveis	97,7	97,7
Higiene	123,7	126,8
Diversos	149,5	159,3
TOTAIS	145,7	151,2
COIMBRA	1967	1968
GRUPOS	OUTUBRO	OUTUBRO
Alimentação	136,7	144,1
Vestuário e Calçado	140,7	104,7
Habituação	155,8	161,7
Electricidade e combustíveis	103,4	103,4
Higiene	120,3	128,6
Diversos	131,8	136,5
TOTAIS	132,7	138,3

Que crédito têm, desta forma, as afirmações salazaristas segundo as quais o escudo é uma das moedas mais fortes do mundo.

De facto, a moeda nacional vem sofrendo desde há muito os efeitos dum permanente e demolidor cancer inflacionista (o progresso inflacionista não é, convém ter presente, inteiramente controlado pelo governo) ou, se quiserem, vem perdendo desde há muito parte do seu valor, o que explica que seja necessário um maior número de escudos para adquirir um mesmo produto. Cremos que, a partir daqui, fica evidenciado que a cotação do escudo não tem relação absolutamente nenhuma com o produto nacional e a capacidade económica do país, constituindo na realidade uma arma de exploração nas mãos do governo, dos monopólios e do capital financeiro, expressando também os seus interesses e retratando igualmente o grau de confiança que o capital financiel-

quer dizer que o povo não só deve aceitar de cara alegre as dificuldades como, ainda, pagar o custo da reactivação económica; por outro lado o governo "liberal" de Marcelo Caetano estuda e põe em pratica novas tabelas de taxas e impostos — agravadas como é lógico... e, insatisfeito ainda, julga por bem recorrer a novos empréstimos internos e externos (sobretudo externos) e lança no mercado maiores quantidades de papel moeda.

A inflação — provocada pelo lançamento no circuito monetário de maiores quantidades de meios de pagamento sem equivalente real na produção mantida dentro dos limites julgados "razoáveis" e "convenientes" prossegue e... promete continuar.

Ora como os salários e ordenados não sofreram, no melhor dos casos, aumentos de monta, isto quer dizer que o processo inflacionista ao provocar a rápida e sensível subida dos preços, em particular no domínio da alimentação, vestuário, habitação e saúde, reduziu e reduziu de facto e consideravelmente o poder e, consequentemente também, o valor do escudo.

É interessante observar como evoluíram os índices de preços correntes ao consumidor nas cidades do Porto, Lisboa e Coimbra de Outubro de 1967 a Outubro de 1968 (base 100 — 1 de Julho de 1948 a 30 de Junho de 1949) nos grupos de alimentação, vestuário e calçado, habitação, electricidade e combustíveis, higiene e diversos:

ro, imperialista, deposita nos "bons" capitalistas portugueses e no seu governo.

UMA SITUAÇÃO QUE SÓ NÓS PODEMOS MODIFICAR

A situação de que, em linhas muito gerais, acabamos de dar uma imagem não é, como muito bem se compreende, transformável dentro da actual estrutura económica e política portuguesa: não o é dentro da actual estrutura económica porque toda ela está organizada em moldes monopolistas e com os sectores fundamentais nas mãos de capitalistas estrangeiros, funcionando sem qualquer ligação com os autênticos interesses da economia nacional; não o é também dentro da actual estrutura política porque efectivamente, os governantes salazaristas são, no campo político, a expressão dos monopólios e capitalistas internacionais. Um governo destes não poderá jamais mudar as linhas mestras da sua política.

Só os trabalhadores, os estudantes, os democratas portugueses têm possibilidades de com o seu combate permanente, intenso e variado, destruir a orgânica política que nos oprime e erguer a estrutura económica de que carecemos para que todos os portugueses possam usufruir de condições de vida de acordo com os anseios e a época em que vivemos.

As lutas em que têm estado empenhados os operários da Ford, General Motors, Covina, CUF, Barreiro, CP e outros, bem como a dos estudantes de Lisboa, Porto e Coimbra, são condições indispensáveis para a vitória — têm que prosseguir, alargar-se, unificar-se, politizar-se, alcançar estados superiores. Nas nossas mãos está a vitória.

## A viagem de Caetano vista por "Le Monde"

"É a primeira vez que um chefe de governo português visita as possessões africanas de um país de navegadores e colonizadores que recusam obstinadamente a admitir, nos dias de hoje, que povos dominados possam aceder à independência. No discurso que pronunciou, tanto em Bissau, na Guiné, quanto em Luanda, capital de Angola, quanto em Lourenço Marques, em Moçambique, Caetano, sucessor do Dr. Salazar, lançou um apelo ao fim da guerrilha, e reafirmou a vontade do Governo de Lisboa em manter a ordem, a fim "de assegurar a prosperidade no quadro de uma sociedade multiracial".

Os portugueses, na verdade, pensam que as suas possessões africanas não são colónias, mas simples províncias ultramarinas, com direitos e deveres iguais aos da metrópole. Este ponto de vista permitiu ao Governo de Lisboa regeitar enérgicamente as sucessivas injunções das Nações Unidas em favor do direito dos povos a disporem deles mesmos e denunciar com igual vigor os conselhos ou as intervenções dos países africanos. No entanto, a "sociedade multiracial" apresenta muitas falhas. Tomando unicamente o exemplo de Moçambique, sabemos que o número de "assimilados" (Negro que fala a língua portuguesa, é de religião cristã, e vive à europeia) não ultrapassava 1% da população africana antes de 1961. Após 1962, todos os habitantes são de direito cidadãos portugueses e decidem livremente se querem ficar submetidos ao direito consuetudinário da sua tribo, ou ao direito português (10% da população fez esta escolha). Mas nada disto altera o facto de que não existem praticamente quadros africanos ocupando situações de certa importância. A imagem que se tem de Moçambique, como de Angola, é a de uma sociedade em que as relações sociais se organizam em função de um estatuto colonial que recusa esta qualificação.

A guerra colonial portuguesa em África é uma das menos conhecidas. É verdade que a insurreição nacionalista, desencadeada desde fevereiro de 1961, em Angola, nunca atingiu, com a excepção da Guiné, um ponto suficiente, e que também foi seriamente enfraquecida pelas querelas entre as diversas facções metidas na

### COLONIALISMO

(Continuação da pág. 6) distrito de Moxico, tendo morrido seis pessoas e havendo numerosos feridos, isto sem falar nos importantes danos materiais verificados.

As forças angolanas prosseguem na sua luta em todas as frentes, que não se alterou, apesar dos meios de ação dos colonialistas serem cada vez maiores, em face da substancial ajuda que recebem em material de guerra.

luta. É verdade também que Portugal fez um considerável esforço, e quase desesperado, para tapar as primeiras vias de água. O custo desta política traduziu-se por perdas em vidas humanas, mas também por esforços económicos que pareciam ultrapassar as possibilidades de Portugal. A dívida pública duplicou, e o esforço militar (quatro anos de serviço) absorve aproximadamente 40% do orçamento. O peso da guerra é ainda agravado pela necessidade de investir somas enormes nos territórios do ultramar.

in "Le Monde", 20 de Abril de 1969).

### PORTUGAL DEMOCRÁTICO

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Otávio Martins de Moura  
R. DE JANEIRO: Praça Floriano, 19 - 1.º - Tel.: 22-5686

REPRESENTANTES  
RECIFE: Manuel Luís Fernandes e Angelo Ferreira da Silva  
— Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa —  
Rua Dr. Murici, 712

LONDRINA: Julio Duarte —  
Edifício Centro Comercial —  
Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira  
— Rua 7 de Setembro, 312 —  
Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And  
Colonial Bulletin - 10 Fentiman  
Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Mercedes Guerreiro — 107, rue Valaanderenstraat — Valaanderenstraat — Vilveede — Belgique

HOLANDA: ANGOLA COMITE  
— Vinkenstraat — 13 Amsterdam — C.

CANADÁ: Portuguese Canadian  
Democratic Association 357 ½  
College St Box 153 Station B —  
Toronto 2 B — Ontário  
A. dos Santos  
7405 d'Outremont Ave. — Apt. 3  
Montreal 303, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica  
Portuguesa — Apartado 8287 —  
Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica  
Portuguesa del Uruguay Casila  
de Correo n.º 2.128 — Distrito 5  
Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: Joãq Ribeiro - Postovní Urad/Jindřichská  
UL. C. 14 Schránka 646 — Praha  
1 — Tchecoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de  
"Portugal Democrático" - 2, Place  
François Villon — Escalier E  
— La Courvenne — Seine -  
França

REDAÇÃO:

Rua Líbero Badaró n.º 488 —  
5.º and. sala 50 — Tel.: 37-0933  
Caixa Postal, 6248

Composto na  
Editora ESCRITOS Limitada  
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas  
Número avulso ..... NCR\$ 0,30  
Assinatura anual ... NCR\$ 5,00

Ano XIII - N. 141 Junho de 1969

Os artigos assinados traduzem  
apenas a opinião de seus autores,  
sendo por conseguinte de  
sua exclusiva responsabilidade.



# A Corajosa Luta dos Estudantes de Coimbra

Continua fechada e de luto, desde o dia 23 de abril, a tradicional Universidade de Coimbra. A greve dos corajosos estudantes prossegue sem interrupção, desde essa data. Marcello Caetano, que pretendia apresentar ao mundo este movimento como uma "rapaziada" da Academia coimbrã, verifica agora que já não consegue enganar ninguém com esta interpretação demagógica. O movimento universitário alastra pelo país e constitui mais um sério problema que o governo tem que enfrentar. Entretanto, a repressão começou logo a abater-se sobre os estudantes de Coimbra. Foram tomadas medidas que vão desde a prisão às intimidações, nomeadamente contra os seguintes académicos: Alberto de Sousa Martins, Presidente da Associação Académica de Coimbra, estudante do 3.º ano de Direito; Osvaldo Sarmento e Castro, Vice-Presidente (3.º ano de Direito); Maria Fernanda Bernarda, 1.º Secretário (4.º ano de Direito), José Matos Ferreira, Tesoureiro (4.º ano de Direito), Celso Cruzeiro, Secção Cultural (3.º ano de Direito), Gil Antunes, Secção Esportiva (médico interno), José Barros Moura, Comissão Nacional (5.º ano de Direito), Carlos Baptista, junta de Delegados (Faculdade de Ciências). O Presidente da A.A.C. foi detido pela PIDE e interrogado durante oito horas seguidas.

## COMUNICADO DO CENTRO ACADEMICO DE DEMOCRACIA CRISTA

O C.A.D.C., tradicional instituição estudantil coimbrã, publicou um comunicado, que consubstancia algumas das reivindicações da Universidade: 1. Levantamento imediato das suspensões e cancelamento de eventuais processos; 2. Revogação de toda a legislação circum-escolar; 3. Reconhecimento das Juntas de Delegados como estruturas legais; 4. Participação dos estudantes eleitos no governo da Universidade (Conselho Escolar da Faculdade e Senado); 5. Escolha, por eleição, em que participem professores e alunos, dos seguintes cargos: Reitor, Vice-Reitor e Diretores de Faculdade; 6. Participação dos estudantes democraticamente eleitos em todas as instâncias em que se decida da vida e da reforma da Universidade.

## AGRESSÃO E VIOLENCIA

São estes fundamentalmente os pontos que provocaram a repressão e a violência desencadeada pela polícia coimbrã, e que hoje podemos descrever mais pormenorizadamente.

Aproveitando a visita a Coimbra, de Americo Tomás para a inauguração das novas instalações da Faculdade de Ciências, os estudantes exigiram que um representante seu falasse na sessão solene, para apresentar as reivindicações

universitárias. Perante a resposta negativa do Reitor a esta exigência, no dia 16 de abril a Junta de Delegados da Faculdade de Ciências e a Direcção Geral da Associação Académica convocaram os estudantes para uma reunião. Nesta, os estudantes decidiram realizar uma manifestação em frente ao edifício de Matemáticas e pedir a palavra no decorrer da sessão.

No dia 17, em frente do edifício mais de um milhar de estudantes ostentava cartazes com os seguintes dizeres: "Em Portugal 40% de analfabetos"; "Democratização do Ensino"; "Intervenção das A.A. E. E na vida e na reforma da Universidade"; "Estudantes no governo da Universidade"; "Reintegração dos professores e estudantes expulsos"; "Não esqueçamos os 9 pontos". Na sessão inaugural, com a presença de Tomás, um estudante pediu a palavra, o que lhe foi negado. Seguiu-se então uma vaia geral ao fantoche salazarista. Quando as autoridades abandonaram a sessão sem a terem oficialmente encerrado, os estudantes invadiram a mesma sala e fizeram no meio do maior entusiasmo a sua sessão, tendo falado o presidente e outro elemento da Direcção Geral da A.A., um representante da Junta de Delegados, que leu a Carta Aberta dos Estudantes da Faculdade de Ciências em que se continham as principais reivindicações dos estudantes daquela Faculdade e finalmente um elemento da CNEP. Logo depois verificou-se violenta intervenção policial.

A polícia de choque que agrediu os estudantes frente à PIDE era em número de cerca de 50 com cães. Além de cinco estudantes feridos, sofreu fratura do crânio um democrata e dono do café em que param os estudantes, frente à Sé. A agressão foi tão medonha que as pessoas que por ali moram vieram às janelas e juntaram a sua voz à dos estudantes, gritando: "Assassinos! Assassinos!"

A concentração do dia 18 de manhã reuniu 4.000 estudantes. De tarde, houve uma Assembleia Magna em que os estudantes resolveram exigir que o presidente da AAC participasse na reunião do Senado Universitário, que o Reitor dissesse ir convocar para examinar a situação. A Assembleia terminou com uma marcha de 1.500 estudantes até ao Hospital da Universidade onde manifestaram a sua solidariedade ao democrata de Coimbra gravemente atingido pela repressão e que ali está internado em estado grave.

Logo que os estudantes tomaram conhecimento das medidas contra os seus colegas da Associação Académica mobilizaram-se por meio de tarjetas, informações radiofónicas, reuniões de curso, telegramas, etc. Muitos professores aderiram desde logo ao amplo movimento de protesto marcando falta a si próprios para evitar que

os estudantes suspensos e outros reprovassem por faltas, enquanto outros permitiram que os alunos discutissem nas suas aulas os graves acontecimentos. E por volta das 17 horas teve lugar uma Assembleia Magna com mais de 3.000 estudantes, 2 dezenas de professores e estudantes das outras 2 Academias. Ai foram desde logo lidas posições de solidariedade dos organismos autónomos, das secções desportivas da AAC, da Comissão Central da Queima das Fitas e de cidadãos de Braga. Os professores presentes foram ovacionados.

A Assembleia defendeu todas as reivindicações de autonomia Universitária e o conteúdo dos 9 pontos e definiu unânimemente como forma de protesto o LUTO ACADEMICO, tendo finalizado entoando o Hino Nacional. Depois disso houve no dia 23 à noite uma importante reunião entre os estudantes suspensos e várias dezenas de professores onde foi decidido o lançamento de um manifesto extensivo a professores e alunos em conjunto, e a criação de uma comissão de professores e alunos para continuar dirigindo o movimento.

## Repercussão em Lisboa

Em Ciências Económicas realizou-se uma reunião com 300 alunos em que foram aprovadas moções de solidariedade a Coimbra, outra moção reclamando a imediata libertação dos estudantes presos e ainda outra exigindo que o Conselho Escolar tome posição.

Por outro lado, na última sessão do Grupo de Teatro da Associação Académica de Direito vários oradores, antes do pano levantar, fizeram discursos alusivos a situação em Coimbra, assim como sobre a prisão do encenador que dirige o Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, Luís Lima e a expulsão do encenador catalão e diretor do C.I.T.A.C., Ricardo Salvat, que a PIDE pôs na fronteira. O público respondeu aos gritos de Liberdade, Democracia, que também se repetiram no final da peça, tendo um razoável número de estudantes e outros espectadores feito à saída uma manifestação que desceu a rua Eugénio dos Santos.

Entretanto, receando graves manifestações no dia 1.º de maio, o Ministro da Educação mandou fechar a Universidade de Lisboa. Nem assim, porém, conseguirá deter a efervescência que continua reinando na Universidade portuguesa, em luta corajosa e aberta pelas reivindicações estudantis e pela democratização da nação portuguesa.



Uma das vinhetas editadas aos milhares pelos estudantes de Coimbra para comemorar a grande jornada de luta do 17 de Abril, durante a qual a velha Universidade disse NÃO ao fascismo, simbolizado pela presença do "presidente" Tomás.

## Palma Inácio foge da prisão

Noticiaram as agências internacionais que o dirigente da L.U.A.R. Hermínio da Palma Inácio conseguiu escapar-se dos calabouços da PIDE no Porto, em princípios de abril último, quando já ia adiantado o julgamento em que viria a ser condenado a mais 15 anos de prisão por atividades contra o governo fascista.

Esta notícia só pode causar júbilo entre os anti-fascistas portugueses, porque significa a liberdade e a disponibilidade dum elemento que tem combatido com valentia o

regime que todos odiamos e porque a fuga representa um redundante fracasso do aparelho repressivo da ditadura.

Além do processo em que acaba de ser condenado, estava em preparação outro, relativo ao assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, no qual Palma Inácio é acusado como "mentor intelectual" da referida operação política.

Numa tentativa de recuperar Palma Inácio, as autoridades fascistas ofereceram 30 mil escudos de prémio a quem, pela delação, o levasse de volta às mãos da PIDE. Evidentemente, a medida de nada adiantará, mas vale como confissão de que o poder da PIDE é relativo, apesar de todos os meios que são postos à sua disposição. E o fato de nada adiantar demonstra que a distância entre o povo e a PIDE é tão grande que trinta contos não chegam para pagar a passagem.

## Apelo aos leitores

Com esta edição completamos 13 anos de publicação regular. Este acontecimento constitui uma importante vitória das forças democráticas portuguesas que, ao longo dos anos, têm alimentado politicamente, isto é com as suas lutas, a existência do nosso jornal. Por lado, representa também um êxito dos democratas portugueses do exterior, particularmente dos radicados no Brasil, que com o seu esforço e apoio financeiro têm ajudado a manter esta tribuna, livre da censura e condicionamento fascistas.

Ao fim destes 13 anos "Portugal Democrático" vê a sua existência seriamente ameaçada, não por falta de sustentação política, mas por carência de meios financeiros que satisfaçamos progressivo enriquecimento de sua edição e distribuição. Apelamos por isso, uma vez mais, para os nossos leitores e amigos: ajudem a manter "Portugal Democrático" renovando o pagamento das assinaturas, aumentando as contribuições mensais e constituindo "grupos de amigos" que contribuam com regularidade para o vosso jornal. É da acção resoluta e eficiente dos nossos leitores e amigos que depende a existência de "Portugal Democrático".